



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

Projecto de Resolução

(Recomenda ao Governo Regional a divulgação anual das despesas, pessoal afecto e actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores)

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

As autonomias político-administrativas dos Açores e da Madeira cumprem este ano 35 anos de funcionamento no âmbito do actual quadro constitucional. Decorreu já o tempo suficiente para se poder analisar, com objectividade e rigor, a natureza do processo político autonómico.

Do ponto de vista político, nomeadamente no que diz respeito à alternância de poder nas regiões, é inegável que nem tudo tem corrido da melhor forma. A verdade é que a nossa sociedade se tornou demasiado dependente, do ponto de vista social e económico, do Governo e da administração regional. Esse facto deu aos governos regionais uma influência e um carisma eleitorais quase invencíveis.

Em 35 anos de experiência autonómica nenhum presidente do governo regional - quer na Madeira, quer nos Açores - foi alguma vez derrotado sempre que se recandidatou ao cargo.



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

A alternância de poder nas regiões autónomas está, assim, altamente condicionada pela enorme influência do governo e da administração regional junto das populações insulares. No fundo, assiste-se aqui a um fenómeno de eternização partidária no poder que, ao fim de algum tempo, representa um risco real para as liberdades individuais e colectivas.

Não se trata de um fenómeno político isolado no âmbito do funcionamento dos sistemas políticos contemporâneos – aí está o exemplo venezuelano ou a experiência histórica mexicana - mas, mesmo assim, não deixa de ser um assunto que merece uma análise cuidada, no sentido de se melhorarem os mecanismos da alternância democrática nas Regiões Autónomas.

Neste contexto político de quase invencibilidade dos executivos regionais, a divulgação, tratamento e difusão da informação política, institucional e governamental adquirem uma importância ainda mais transcendental.

Os órgãos de comunicação social regionais vivem, actualmente, imersos em graves dificuldades financeiras e possuem um deficit evidente de meios humanos. Pelo contrário, o Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores (GaCS) está visivelmente dotado de meios e recursos muito substanciais e goza de uma enorme presença e influência no âmbito dos meios de comunicação social regionais.

Não está em causa a existência de um gabinete de apoio à comunicação social com a função de “assegurar a recolha, tratamento e difusão de toda a informação oficial relativa à actividade dos diversos departamentos do Governo Regional e restantes organismos da administração regional autónoma”. O que pode revelar-se preocupante nesta matéria é o progressivo crescimento de uma entidade com recursos desproporcionados tendo em conta as suas funções e a fragilidade de recursos do contexto comunicacional em que se insere a sua acção.



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

A construção de “máquinas” comunicacionais de grande dimensão e poderio foi uma estratégia utilizada, de forma recorrente, por todos os regimes autoritários que marcaram boa parte da História do século XX. Não é só a censura que pode ter efeitos devastadores nos sistemas democráticos é também a posse de meios e de instrumentos de comunicação demasiados poderosos e onnipresentes.

Neste sentido, os meios comunicacionais ao serviço dos governos devem ter uma dimensão moderada, guardar uma estrita neutralidade em questões partidárias e evitar tudo o possa assemelhar-se a propaganda, nomeadamente através do uso da repetição imoderada da notícia, da utilização descontextualizada do encómio ou até da entrevista directa a membros do Governo do qual dependem politicamente os funcionários destes serviços de comunicação.

Outra questão relevante prende-se com a opacidade deste serviço do ponto de vista da possibilidade de se poder realizar uma leitura global do conjunto de recursos que lhes estão alocados e da despesa integrada que resulta do funcionamento do mesmo. Ora, os instrumentos orçamentais ao nosso dispor não permitem obter essa visão de conjunto que consideramos crucial sobre este assunto.

Neste contexto, afigura-se fundamental atribuir e dotar a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, enquanto entidade garante do Estatuto Político-Administrativo e única detentora da legitimidade directa do pluralismo partidário no âmbito da composição dos órgãos de governo próprio da Região, de informações objectivas e periódicas sobre a dimensão, grau de despesa e funcionamento concreto do Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores (GaCS).



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

Tudo isto porque é necessário reforçar os mecanismos de vigilância democrática sobre serviços desta natureza dados os evidentes perigos decorrentes do seu uso e crescimento imoderados no âmbito do contexto político e comunicacional anteriormente descritos. Tudo isto porque, para o PPM, a comunicação social ou os serviços comunicacionais afins, constituem verdadeiramente o 4.º poder nas sociedades contemporâneas. Esse poder não pode ficar à margem da fiscalização democrática e dos indeclináveis deveres de isenção e respeito pela verdade.

O facto é que, não se sabendo ao certo a sua dimensão, dá para notar que o Gabinete de Apoio à Comunicação Social possui recursos humanos e financeiros muito vastos. Assim, dada a actual conjuntura económica e a emergência de outras prioridades de carácter social, desafiamos o Governo Regional a diminuir significativamente a despesa e dimensão do seu Gabinete de Apoio à Comunicação Social. Note-se, a este propósito, que não se refere aqui o papel dos assessores de imprensa vinculados a cada Secretaria Regional. Só por si, estes assessores já assegurariam muitas das funções que o Gabinete de Apoio à Comunicação Social desempenha.

Na nossa perspectiva, dada a evidência do gigantismo dos meios envolvidos, quase se pode dizer que o Governo Regional não possui um mero gabinete de apoio à comunicação social, mas sim uma autêntica agência de notícias para uso particular. Ou seja, muito mais que o jornal privativo que o Dr. João Jardim possui na Madeira.

Concluiu-se, assim, que esta matéria necessita de ser fiscalizada de forma atenta, informada e periódica. No fundo, o que está em causa é o pluralismo do nosso sistema político

Horta, 9 de Junho 2011

O Deputado do Partido Popular Monárquico

(Paulo Estêvão)